

As redes e a representação dos dois circuitos da economia urbana a partir do escoamento da produção da pequena propriedade rural no Recôncavo Baiano.

Esp. Jean da Silva Santos
Dr^a. Catherine Prost
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituto de Geociências - IGEO
Mestrado em Geografia - MGEO

Resumo

Trata-se de uma descrição e análise da questão das redes e dos dois circuitos econômicos a partir do pequeno estabelecimento rural no Recôncavo Baiano. Tem-se como referência o território da olericultura, no povoado do Tanque de Senzala, pertencente ao município de Santo Amaro – BA. O aspecto levantado nesse estudo é aquele cuja relação envolve a produção e o escoamento da olericultura produzida na agricultura familiar. O pequeno produtor rural, quando destacado em sua classe por abranger melhores condições de infra-estrutura, possibilita a otimização dos aspectos produtivos e de distribuição e se lança no espaço baiano “eliminando” a figura do atravessador, com o objetivo de melhorar os seus lucros. Faz-se assim o traçado das redes que ligam o território a alguns fixos que representam o circuito superior da economia, obtendo como resultado dessas ações no espaço os recursos financeiros necessários à reprodução social da vida familiar.

Introdução

Várias são as definições que permeiam a questão das redes. Os teóricos imprimem diferentes enfoques, os quais podem ser lidos por variados aspectos. Um considera a rede urbana como a formação socioespacial de um ciclo de exploração (CARLOS, 1992); outro seria o aspecto da funcionalidade, em que as ligações entre as cidades são as responsáveis pelo seu crescimento (PORTO, 2003). Ainda na busca do entendimento, na concepção de Dollfus (1973), as redes compõem sistemas lineares e contínuos que permitem a circulação, instituem pontos-chaves entre os espaços e são também responsáveis pela organização desse mesmo espaço. Rochefort (1998) defende que o responsável direto pela organização da rede urbana é o fator transporte que permite o deslocamento da sociedade, levando em consideração o setor terciário da economia. O autor, porém, destaca esse aspectos ao considerar os países desenvolvidos.

Diante dessas definições, entende-se que os citados autores promovem suas explicações acerca do tema. Estas permanecem com o seu devido valor nos dias atuais, visto que um ponto comum a todas elas é que a formação e a consolidação das redes contribuem para o processo de organização e transformação espacial, principalmente na dimensão socioeconômica. Assim, é no caminho dessas indicações que o presente artigo pretende trilhar, no entendimento de que as redes são as responsáveis por redefinir a economia espacial ao possibilitar uma gama de interações entre os espaços a partir dos interesses de variados agentes sociais.

Estruturado em seis partes, o presente trabalho aborda os seguintes tópicos: o primeiro traz breves considerações acerca das redes e a apresentação do trabalho; o segundo enfoca o Recôncavo atual na perspectiva socioeconômica e espacial. A terceira parte afunila a discussão do âmbito regional para o municipal, enfocando os dois circuitos da economia e sua relação com o espaço rural. No quarto tópico, chega-se ao ponto central da discussão ao tratar do território que se propõe a análise e seus agentes. O quinto tópico trata das redes tendo o território o cerne de sua origem e direcionamento. Por último, vêm as considerações finais. Salienta-se que este breve estudo abordou como um dos seus procedimentos metodológicos, o trabalho de campo onde foram aplicados 73 formulários junto às famílias agricultoras do povoado nos meses de outubro e novembro de 2008.

A dicotomia do Recôncavo Baiano: área de possibilidades e área de estagnação

Do ponto de vista da organização espacial, pode-se entender o município de Santo Amaro como fruto do processo de seletividade do espaço pelo molde capitalista, assim como em outros municípios. O ordenamento pelo viés capitalista é parte integrante da sua história espacial, tendo sido relegado a um dos mais negativos resultados desse fenômeno em escala regional: a de quase estagnação econômica frente a outras regiões baianas.

O Recôncavo, entendido como uma regionalização econômica a partir de uma leitura histórica espacial, sofreu declínio de sua economia. A configuração atual do município em questão está indiretamente atrelada a

interesses capitalistas nacionais de cunho privado ou estatal, isto é, a atividade petrolífera que, por sua vez, segue uma lógica internacional. Tais interesses possuem forças antagônicas: eles promoveram, desde a década de 1960, um confinamento econômico-espacial fruto do reordenamento das ações da Petrobras no Recôncavo Baiano, até então nunca sentido pelos agentes municipais e que se manifesta até os dias atuais. Essa reorganização da atividade petrolífera no Recôncavo pode ser entendida, sob análise do rebatimento espacial, como uma forma de seletividade que se fundamentou nos interesses de jazidas de petróleo descobertas e exploradas a partir da década de 1950, ocasionando uma nova regionalização do espaço mediante interesses econômicos e que possibilitaram a incorporação de algumas áreas e a exclusão de outras.

A seletividade espacial promovida pela Petrobras incluiu, além de Santo Amaro, outros espaços a partir da mesma natureza de exclusão, cunhada pelo interesse econômico na prospecção do petróleo. É válido salientar que nesse município não foi encontrado nenhuma reserva desse mineral, contudo, foi a partir do “ouro negro” extraído na Baía de Todos os Santos, que o município em questão passou a receber os *royalties* da prospecção do petróleo, cujo faturamento anual em 2007 foi de R\$: 2.076.799¹, o que permite inferir com ressalvas a idéia de “estagnação espacial” – pelo menos ao vislumbrar a possibilidade de investimentos financeiros no social, quando consideradas as leis que regem a distribuição dos ativos gerados pela prospecção petrolífera². Dessa forma, a área do Recôncavo é expressa pela relação entre área de possibilidades *versus* área de estagnação para o sistema capitalista, o que Santos (1994) definiu como “espaços opacos e luminosos”.

A área de possibilidades é aquela cujo interesse capitalista incide com mais força na busca de sua reprodução. Pode também ser considerada como espaço privilegiado, onde um grande volume financeiro é movimentado todos os dias com larga atuação do circuito superior da economia (SANTOS, 1979).

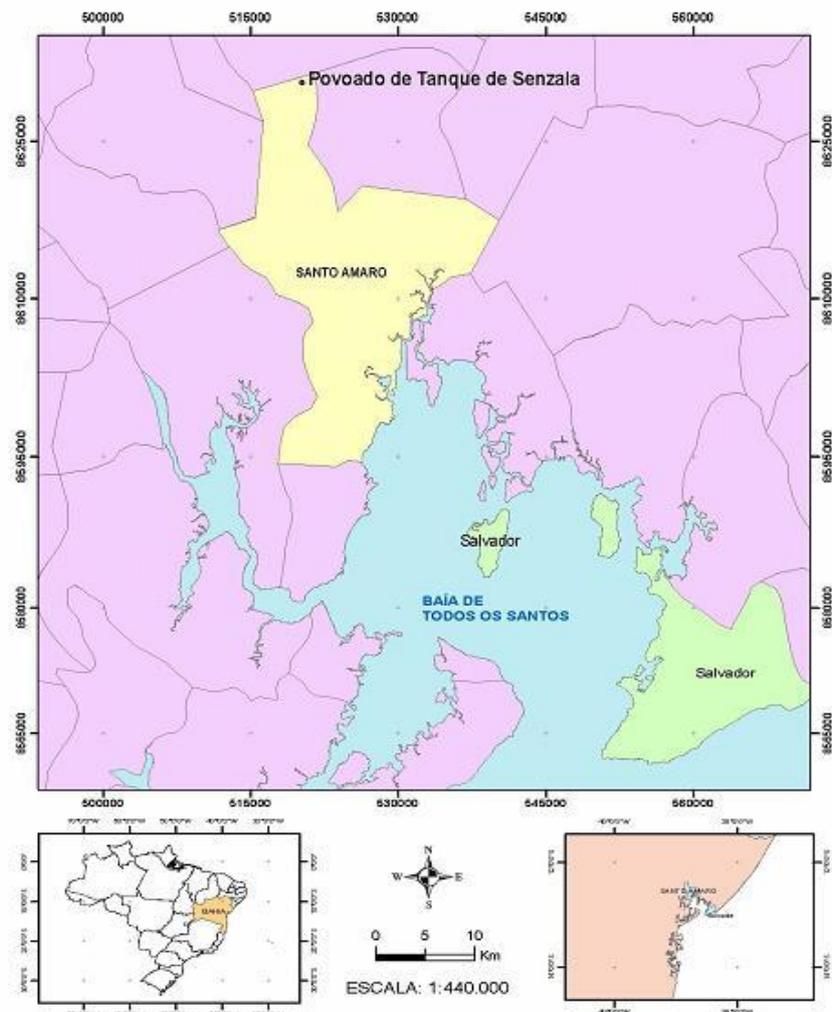
Na área de estagnação é permitido inferir outra realidade socioeconômica e financeira, tanto do ponto de vista da coletividade como dos governos. O frenesi da movimentação de importantes somas financeiras oriundas da atividade petrolífera, tendo como base a substrato material do

espaço para a extração que gera principalmente empregos diretos, não existe. A natureza do circuito superior da economia define-se por outras matrizes de ação capitalista que irão se servir das relações de subordinação engendradas por este mesmo capital: as chamadas relações não-capitalistas de produção na agricultura. Segundo Oliveira (1986), essas relações são fruto do próprio desenvolvimento contraditório do capital e afirma-se neste trabalho que elas são necessárias à reprodução do próprio circuito superior.

Santo Amaro: o seu espaço rural e os dois subsistemas da economia urbana

Sendo um dos municípios componentes da rede urbana do Recôncavo Baiano, Santo Amaro passa a ser entendido também como parte integrante de uma área estagnada, mas que teve historicamente uma importância, principalmente para a consolidação econômica e até mesmo para a independência do Brasil. Este município apresenta, como afirmado por Santos (1979), dois subsistemas econômicos: os circuitos superior e inferior da economia urbana. Ambos estão presentes tanto nas áreas urbanizadas; quanto nas áreas rurais; pois, a dicotomia entre o espaço urbano e o espaço rural apresenta limites geográficos cada vez mais tênues. Esse estreitamento é devido o avanço das técnicas e a modificação dos “[...] modos de vida e comportamentos socioculturais” (TEXEIRA; LAGES, 1997, p.15).

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO POVOADO DO TANQUE DE SENZALA.



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

O avanço das técnicas se configura em áreas cujo adensamento se mostra através das redes, não só pela incorporação de tecnologias a exemplo do sistema de telefonia fixa, móvel, energia, água e transporte, mas também das redes de serviços sociais a exemplo das unidades dos sistemas de ensino, de postos de saúde, de representantes do sistema de segurança pública, da rede de saneamento básico, mesmo que alguns ou todos estes se apresentem de forma precária. O que é notável aos olhos do observador é a produção agrícola especializada concentrada em certo ponto do município, capaz de configurar um território mediado pelos consensos em torno de um processo produtivo, sendo ainda um **(o que? Os consensos ou o território?)** dos responsáveis por contribuir para a organização e manutenção dos “dois circuitos economia” (SANTOS, 1979).

Na procura da definição destes dois circuitos econômicos, Santos (1979) afirma que:

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão é interessado e mantém relações privilegiadas com sua região [...]. Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano [...] (SANTOS, 1979, p.16).

Assim, para entender melhor a natureza da configuração dos subsistemas da economia vinculados ao território em análise, faz-se premente a necessidade de conhecê-lo em suas singularidades.

O território da olericultura e seus agentes

Território configurado pela produção concentrada de produtos olerícolas, o povoado de Tanque de Senzala mantém relações através de seus agentes com vários fixos da capital e do interior da Bahia, os quais se moldam entre os dois circuitos econômicos. O próprio território da olericultura³ define-se por sua natureza socioeconômica e espacial a partir das características do circuito inferior, dentre as quais versam pelos capitais reduzidos, assalariamento não obrigatório, estoques em pequenas quantidades, com preços submetidos à discussão entre as partes interessadas (*haggling*) e ajuda governamental nula ou quase nula.

Nesse território, não é difícil definir cada agente social que lhe confere dinâmica. O complicado é analisar esses agentes a partir de suas relações sociais, principalmente de negócios entre si e com outros agentes que complementam suas atividades produtivas internamente e fora de sua territorialidade e que são capazes de moldar redes geográficas de natureza e temporalidades diferenciadas.

Assim, tem-se a figura do pequeno produtor rural que, em alguns casos, se transforma em distribuidor da própria mercadoria e em outros se transforma em intermediário no processo de escoamento da produção da olericultura por integrar a sua produção à de dois ou mais pequenos

agricultores, com destino a variados lugares da Região Metropolitana do Salvador (RMS) e do interior da Bahia.

Há a figura do intermediário, popularmente conhecido como “atravessador”, responsável por fazer o elo entre os dois circuitos da economia e favorecer a entrada de maior volume financeiro no território. O atravessador adquire a mercadoria e frequentemente a transporta até os centros urbanos onde a vende. Ele dispõe para tal de meios de transporte adequados à função. O caminhão junto ao motorista assume uma importância singular para o intermediário, visto que é o responsável pelo processo de escoamento diário, devido ao caráter perecível da mercadoria, embora existam outros veículos com diferentes usos pelos agentes no território.

Na produção diária das relações sociais visando à reprodução da própria condição de vida, tem-se uma terceira figura, a do balaieiro, o qual se prefere denominar aqui como “trabalhador marginal”, de acordo com as indicações de Santos (1979). É, dentre os agentes de dinamização do território, o que mais encontra dificuldades cotidianas. Sem fornecedor nem comprador específico e sem as condições de crédito e de transporte adequadas, estes trabalhadores informais se encontram numa posição diametralmente oposta ao intermediário. Constitui um dos principais agentes, se não o legítimo representante do circuito inferior da economia no território analisado. Estes trabalhadores marginais, denominados de “balaieiros”, vivem num rodopio cotidiano de incerteza financeira, sendo este apenas um dos aspectos das adversidades enfrentadas.

Diante destes três grupos de agentes pode-se, a partir de suas práticas cotidianas que interligam o território a outros espaços do estado baiano, identificar uma gama de redes, sejam elas como forma de organização, tendo como responsável pela sua configuração a sociedade, grupos ou instituições; ou ainda, como afirma Dias (2005, p.15), pode ser objetivada como matriz técnica. Sendo assim, serão observadas as redes compostas pela primeira indicação, a que prima pela organização.

Dentre os citados agentes, este estudo detém-se a analisar as ações empreendidas para o escoamento da produção por parte dos pequenos produtores rurais que agem como distribuidores de sua própria mercadoria bem como daqueles que se revestem das ações dos intermediários no que tange a

distribuição da produção olerícola de outros pequenos produtores rurais e que possuem entrega fixa através de contratos formais ou informais, entregas que serão pormenorizadas mais adiante.

O território da olericultura e as redes geográficas

Sendo a rede geográfica uma invenção social que tem a capacidade de definir a escala das ações dessa mesma sociedade, imprime, a partir da necessidade de circulação, fluidez de toda ordem. Os fluxos podem ser tanto de movimentos comerciais com de mercadorias, pessoas, informações e capitais. Assim, a idéia de rede geográfica vem contribuir nesse trabalho como o suporte para entender analiticamente a complexidade das interações entre os lugares, considerando os circuitos econômicos definidos por Santos (1979). Para tanto deve levar em consideração duas lógicas distintas, como as defendidas por Dias (2005): a lógica das redes e a lógica do território. Segundo Dias (2005, p.20):

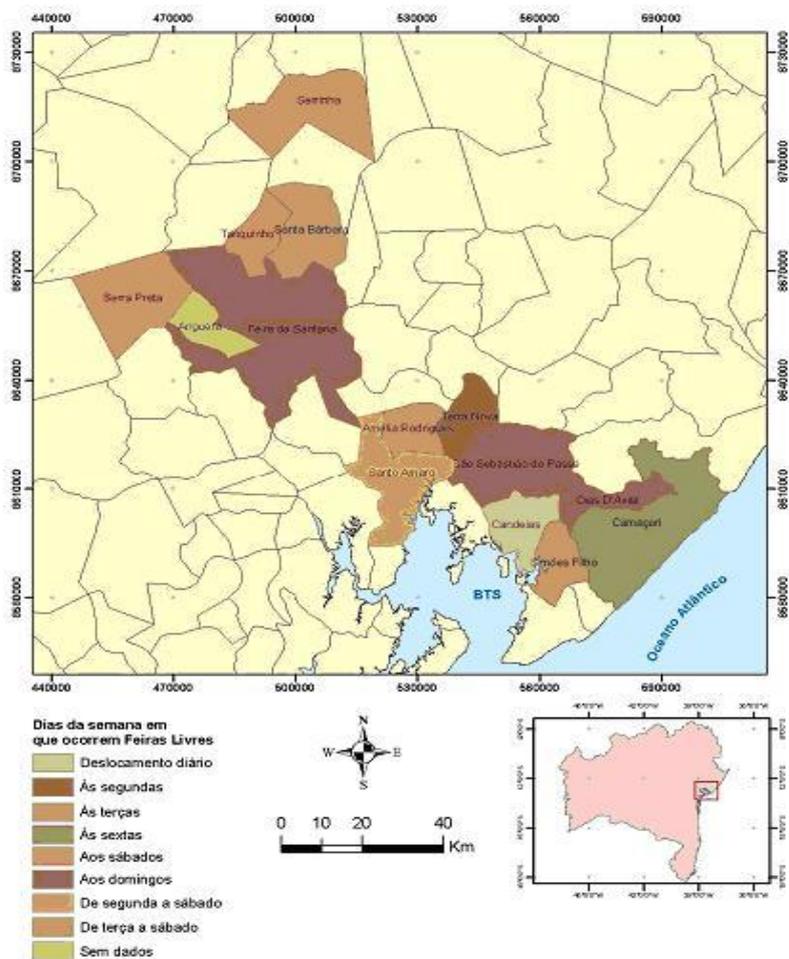
[...] a lógica das redes, definidas por atores que a desenham, modelam e regulam. Parece essencial conhecer suas ações, identificando as estratégias dos atores e a maneira como as redes são desenhadas e administradas [...] (DIAS, 2005, p.20).

Sendo assim, cada classe de agente no território da olericultura vai definindo as redes segundo as suas intenções no espaço e cada um deles com a fluidez prevista em tempos diferenciados. As estratégias de regulação produzidas por alguns dos agentes, a exemplo dos trabalhadores marginais e dos pequenos produtores agrícolas⁴ que escoam a sua própria produção, procuram saber das condições de mercado através dos volumes de negociações adquiridas nas cidades em que ocorreram e ocorrem às feiras-livres. Se forem informações negativas, buscam outros nós para diversificarem os destinos de sua mercadoria e, assim, melhorarem as margens de lucro. Como consequência dessa prática, é imposta à rede uma reconfiguração dos fluxos – transporte de pessoas e mercadorias que antes apresentavam em eixo de deslocamento frequente para certas cidades em detrimento de outros fixos (SANTOS, 1997), em busca de feiras-livres, de outros estabelecimentos comerciais de pequeno porte ou ainda de centros de distribuição

atacadista/varejista mais rentáveis, a exemplo das CEASAS de Simões Filho, Salvador e Feira de Santana.

Com relação à espacialização das feiras-livres que são periodicamente visitadas pelos citados agentes, é possível verificar na figura abaixo os fixos e os dias em que os fluxos se procedem.

FIGURA 2: MUNICÍPIOS QUE SEDIAM AS FEIRAS-LIVRES NO INTERIOR DO ESTADO BAIANO E QUE TEM VINCULAÇÃO COM O TERRITÓRIO OLERÍCULA



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Na dissertação é bom, usar cores + fortes p as feiras q acontecem + de um dia

Com a demonstração de tais fixos no espaço baiano, é possível vislumbrar a importância do território no abastecimento alimentar a base de produtos perecíveis de alta rotatividade, fato que converte aos fluxos a importância da circulação de mercadorias, o que, de certa forma, expõe a lógica territorial no que tange o processo produtivo e de escoamento.

De outro modo, Dias (2005, p.20) explica a lógica dos territórios utilizando-se das idéias de Santos (2000, p.259), ao afirmar que a referida lógica é concebida como:

[...] arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas de produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte das redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoístas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações [...] (SANTOS, 2000 p. 259 apud DIAS 2005, p. 20).

Dias (2005, p.20) ainda complementa as idéias citadas acima, informando que devem ser levados em consideração dois tipos de mecanismos como forma de desvendar a lógica territorial, a saber: os mecanismos endógenos e exógenos. Os primeiros se referem às “relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial”, pois no caso em análise é possível vislumbrar a existência dos processos de horizontalidades tecidas entre aqueles que compõem o conteúdo territorial, laços solidários de ajuda mútua frente às adversidades da produção e do escoamento, inclusive no fato de buscar alternativas para se desvencilhar das ações usuráveis dos atravessadores. Além dos mecanismos endógenos, citam-se os mecanismos exógenos, “que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial”.

Dessa forma, a modelagem, ou melhor, os desenhos das redes do território olerícola vinculam-se aos dois tipos de mecanismos citados acima, endógenos e exógenos ao território. Os primeiros se verificam pela maneira com a qual os pequenos agricultores se organizam em entidade de classe através da Associação de Moradores do Tanque de Senzala com o intuito de conseguir benefícios para a comunidade, como se organizam em pares para promover ajuda mútua diante de algumas situações de dificuldades no cotidiano e como organizam internamente o pequeno estabelecimento rural no sentido da divisão do trabalho e da terra entre os integrantes da família,

quando esses originam um novo núcleo familiar. Além desses, são verificados processos endógenos também pela via da organização do processo produtivo em si como a compra de insumos agrícolas (figura 3) e da questão da contratação formal e informal de mão-de-obra para o trabalho na lavoura olerícola.

Diante da classificação dos agentes, surge a figura do motorista, que, como explicitado por Milton Santos (1979, p. 32), “[...]pode estabelecer a ligação entre as atividades dos dois circuitos [...]”. Contudo, essa relação é mais complexa ainda no território, visto que a figura do motorista também é variável em ser o próprio intermediário ou o próprio pequeno produtor. Mas independente de qualquer situação, quer ele seja um dos citados agentes do território ou apenas funcionário, lhe é conferido a importância como o responsável pela fluidez da produção em direção aos fixos, fator que permite exercer a conexão externa com o objetivo dos elementos serem solidarizados ou excluídos. O motorista, juntamente com os demais agentes, é o gerador e controlador de fluxos e, conseqüentemente, o responsável pela forma e traçado das redes.

As observações promovidas no campo delineiam que as ações do agente que escoar a produção no espaço traçam destinos diferentes: o pequeno produtor que escoar a própria produção tenderia a vender seus produtos num mesmo raio de distância se comparada às vendas dos intermediários, visto que tal fato tem relação direta com a qualidade do produto que eles têm condição de escoar. Entretanto, devido à precária especialização técnica, um menor volume de mercadorias é destinada aos fixos pelo agricultor, fato que se dá pela ausência de equipamentos adequados para a armazenagem e transporte. Portanto, é necessário verificar o respectivo destino de suas mercadorias para entrega fixa no espaço baiano.

Periodicamente, tais agentes se direcionam para outros centros urbanos. Desta forma, contribuem para a conformação das redes que ligam o território da olericultura a importantes pontos e nós em algumas cidades consideráveis no estado baiano, cada uma com sua respectiva importância nas escalas local, regional e nacional. Configuram assim uma complexa rede de relações e interações entre os espaços, seja entre a área urbanizada do espaço rural e a cidade ou entre o campo e a zona urbanizada do campo,

tendo como referência os *inputs* e *outputs*⁵ do território analisado. Os *inputs* da produção são representados de forma abrangente pela energia que entra no sistema através de insumos agrícolas, maquinaria e dos bens e serviços necessários à manutenção da vida, vindos de outras localidades, inclusive do espaço rural fora do Recôncavo, como o do sertão baiano. Isso permite, a partir do circuito inferior, gerar uma nova interação passível de acurada análise e espacialização, ficando assim como indicações de estudos futuros.

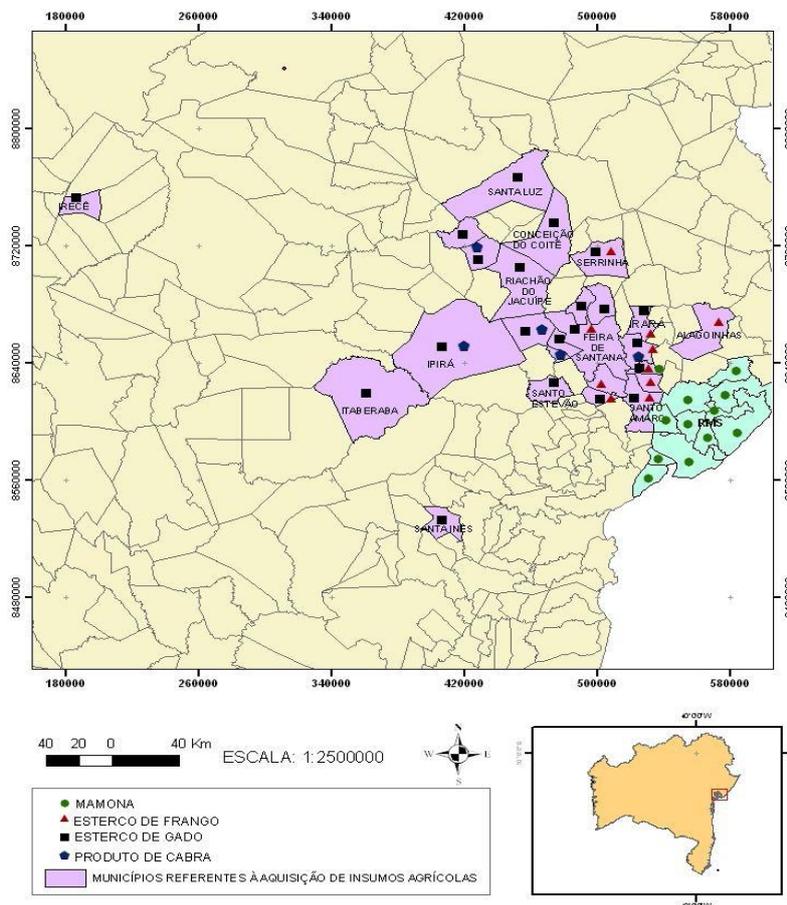
Não sendo a definição entre os dois circuitos rígida como explicitado por Santos (1979, p. 33) do ponto de vista do consumo da população, é possível verificar que parte das pessoas que vivem no povoado – com seus modos de vida ligados essencialmente ao campo e com sistema de produção relacionado ao subsistema inferior da economia - mantém alguns de seus hábitos de consumo fora do circuito ao qual pertencem. Esses desvios são verificados junto àqueles que, alcançando um maior nível de renda, adquirem bens duráveis e não-duráveis, além de procurarem serviços essenciais especializados como saúde, educação (**saúde e educação não fazem parte do circuito inferior???**) e lazer. Tal fato permite inferir através de análise as inter-relações entre os espaços a partir do povoado com outros centros urbanos de maior ou menor importância no estado da Bahia.

Apesar de Santos (1979) ter afirmado na citada década uma rigidez dos elementos de articulação do circuito inferior com o local e sua região, atualmente essa relação se reconfigurou diante da demanda das redes técnicas. O lugar, que na teoria miltoniana dos dois circuitos apresentava, até então, limitações de comunicação e transporte, hoje através da leitura do território em análise à luz das redes geográficas (DIAS 1995; 2005; SANTOS 2000) e dos fluxos e fixos (SANTOS 1997), é possível verificar que o lugar está interconectado aos sistemas de redes técnicas a-espaciais e espaciais que exprimem fluxos dentre elas. Se refere às redes de tecnologia da informação, a exemplo da rede de transmissão de dados, a internet, a rede de telefonia fixa e móvel, de rádio e televisão e, dentre outros fatores, uma importante malha viária a ser utilizada por veículos especiais cada vez mais preparados para o transporte de produtos altamente perecíveis percorrendo o espaço reticular (um maior espaço num menor tempo hábil) com a finalidade de chegar aos nós

(pontos de entrega) com a mesma qualidade da mercadoria recebida no estabelecimento rural.

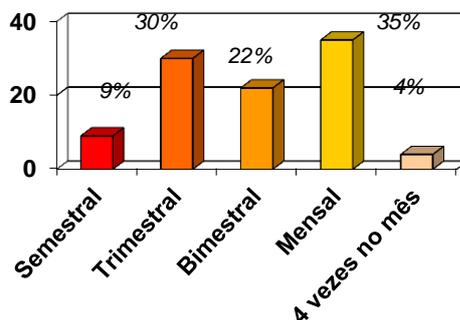
Contudo, os elementos de articulação do subsistema econômico inferior discutidos se dão essencialmente pelas redes ocasionadas pelos fluxos de *inputs* e *outputs* do território em escala regional. Um exemplo disso é a inter-relação dos locais de origem dos variados adubos orgânicos - que estão situados em uma gama de municípios baianos -, com o território (figura 3), o que acaba por gerar fluxos espaciais intensos, conforme representado na figura 4.

Figura 3: Municípios baianos de origem dos adubos orgânicos



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Figura 4: Frequência dos fluxos para a entrega dos insumos orgânicos



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

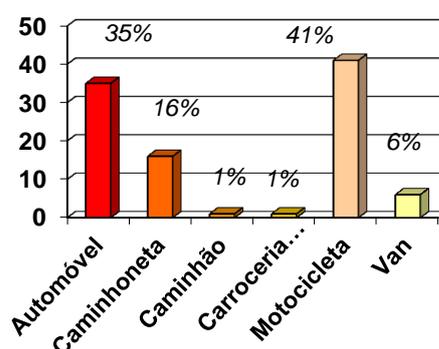
Os *outputs* também permitem observar uma outra espacialização do território com outros lugares em escala regional e este é um dos motivos para este estudo, ao focalizar principalmente neste aspecto.

Esses fluxos que permeiam o subsistema definem-se pelas interações espaciais explicitadas por Corrêa (1997):

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades (CORREA, 1997, p. 279).

Outro fixo ainda não discutido foi o da entrega fixa. Para entender este meio de escoamento, é preciso levar em consideração o pequeno produtor rural que tem a capacidade financeira de possuir um veículo e/ou tenha conseguido eliminar (ou esteja em fase de eliminação) a figura do intermediário em suas negociações diárias.

Figura 5: Tipos de veículos possuídos por algumas famílias produtoras agrícolas no Tanque de Senzala



S

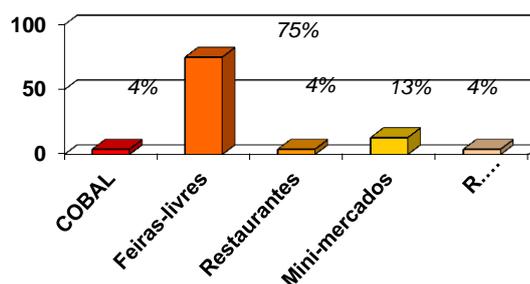
endo
assim,
torna-se
possível
também

, a partir desses agentes, avaliar a qualidade dos meios de transporte em função do poder aquisitivo de cada um. As diferenças repercutem diretamente na qualidade da mercadoria ao chegar ao destino final em razão do seu caráter altamente perecível. É o exemplo dos tipos de veículos possuídos por algumas famílias produtoras que são despreparados para tal função, pois mesmo entre as que possuem veículos utilitários, estes não possuem câmaras frias.

Esta entrega fixa pode se dar de duas maneiras básicas, a saber: uma delas ocorre no próprio estabelecimento rural e outra pode ocorrer em entregas para algumas feiras-livres de âmbito regional ou diretamente em estabelecimentos comerciais diferenciados. No primeiro caso, é necessário levar em consideração também dois tipos de entrega, cuja diferenciação se dá pelo volume de venda: há situações em que o pequeno produtor vende suas hortaliças em mínimas quantidades, sendo compradoras a população local não produtora ou pessoas que estão de passagem pelo distrito de Oliveira dos Campinhos - aglomeração urbana hierarquicamente superior ao núcleo do povoado do Tanque de Senzala. No segundo caso, as entregas acontecem em maior volume nos varejistas/atacadistas: eles próprios ou seus motoristas se dirigem aos estabelecimentos rurais com a finalidade de buscar a mercadoria para levarem aos seus locais de venda, atendendo ao consumidor final ou ainda para distribuí-la entre outros comerciantes.

A entrega fixa fora do território da olericultura, quando feita pelo próprio produtor rural, se dá em espaços diferenciados. Quando questionados sobre a maneira de vender a sua mercadoria, 31% dos respondentes indicaram que se deslocam para fazer suas vendas e entregas, contra 69% dos que não têm essa prática. Nessa senda, os clientes das entregas fixas de maior volume são proprietários de mini-mercados, supermercados de médio porte, bares e restaurantes, cozinhas industriais, clínicas, assim como atacadistas/varejistas de feiras livres e os próprios pequenos produtores, pois alguns mantêm pontos de vendas em algumas dessas feiras, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 6: Fixos - entrega de mercadorias por Produtores que atuam como intermediários no Tanque de Senzala



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

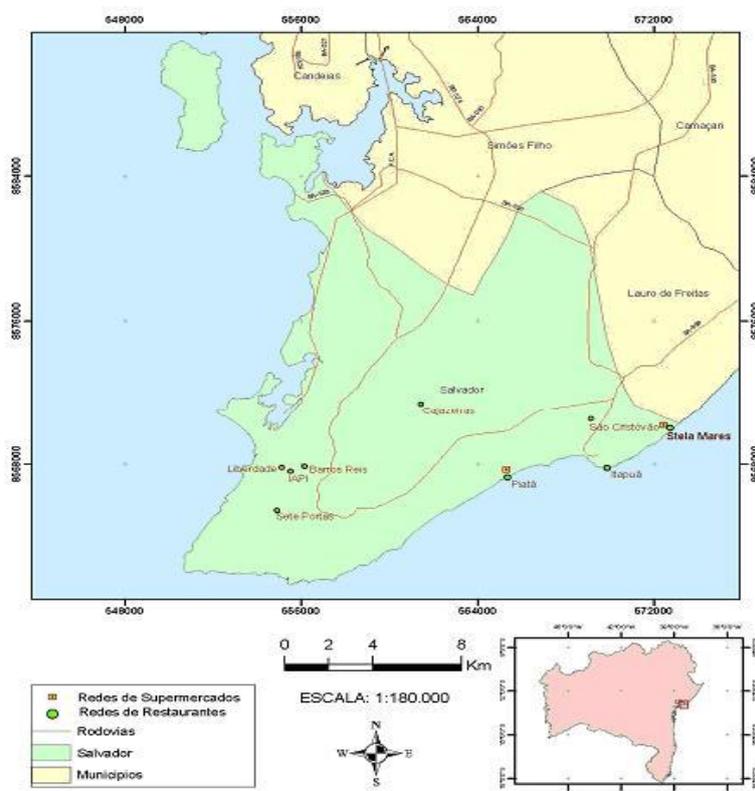
Os fixos demonstrados acima são os locais de entrega das mercadorias dos pequenos produtores rurais, que se diferenciam dos demais por terem conseguido eliminar a figura do intermediário. Por este motivo, possuem uma dinâmica diferenciada com suas relações espaciais. Periodicamente, tais agentes se direcionam para outros centros urbanos e, desta forma, contribuem para a conformação das redes que ligam o território da olericultura a importantes pontos e nós de alguns centros urbanos da Bahia. A frequência dos fluxos se mantém constante semanalmente. Em alguns casos, todos os dias as solicitações se renovam na mesma intensidade junto ao pequeno produtor rural, o qual lembra-se, também passou a acumular mais uma função: a de intermediário.

Os fluxos gerados por esta classe de agente acabam por contribuir para a composição do quadro geral das redes a partir do povoado, as quais podem se mostrar às vezes complementares ou ainda superpostas. Para uma melhor compreensão das mesmas e uma devida espacialização, faz-se necessário classificar o escoamento da produção de acordo com a indicação dos fixos demonstrados na figura 7. Para tanto, foram selecionados os mini-mercados e as redes de supermercado em Salvador, de acordo com as indicações das fontes orais. Salienta-se que algumas localidades que abrangem as entregas referentes às feiras-livres e aos mini-mercados foram agrupadas para um melhor entendimento, pois, em muitos casos, tais lugares coincidiram. Para fins de esclarecimentos, afirma-se que na figura 2 as feiras-livres na capital baiana não foram representadas por elas terem um fluxo e uma dinâmica próprios.

Portanto, ao vislumbrar a espacialização dos fixos onde esta classe do pequeno produtor rural promove a sua venda e entrega (figura 7), foi

possível destacar as suas ações no espaço em direção aos fixos que se apresentam em algumas localidades de Salvador. São eles Liberdade, Barros Reis, IAPI, Estela Mares, Cajazeiras, Piatã, Itapoã, São Cristóvão e Sete Portas. Desta maneira, foi necessário classificar o escoamento da produção dessa classe de agente em dois tipos de fixos específicos para este estudo, a saber: redes de supermercado e restaurantes (este último pode se referir à cozinha industrial de determinadas empresas).

FIGURA 7: FIXOS EM SALVADOR - ENTREGAS DE PRODUTOS OLERÍCULAS



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Na dissertação, mudar a cor de SSA: ela se confunde com o mar

A frequência dos fluxos se mantém constante semanalmente, conforme tabela abaixo; e, em alguns casos, todos os dias as solicitações se renovam na mesma intensidade junto ao pequeno produtor rural. **REPETIÇÃO!**

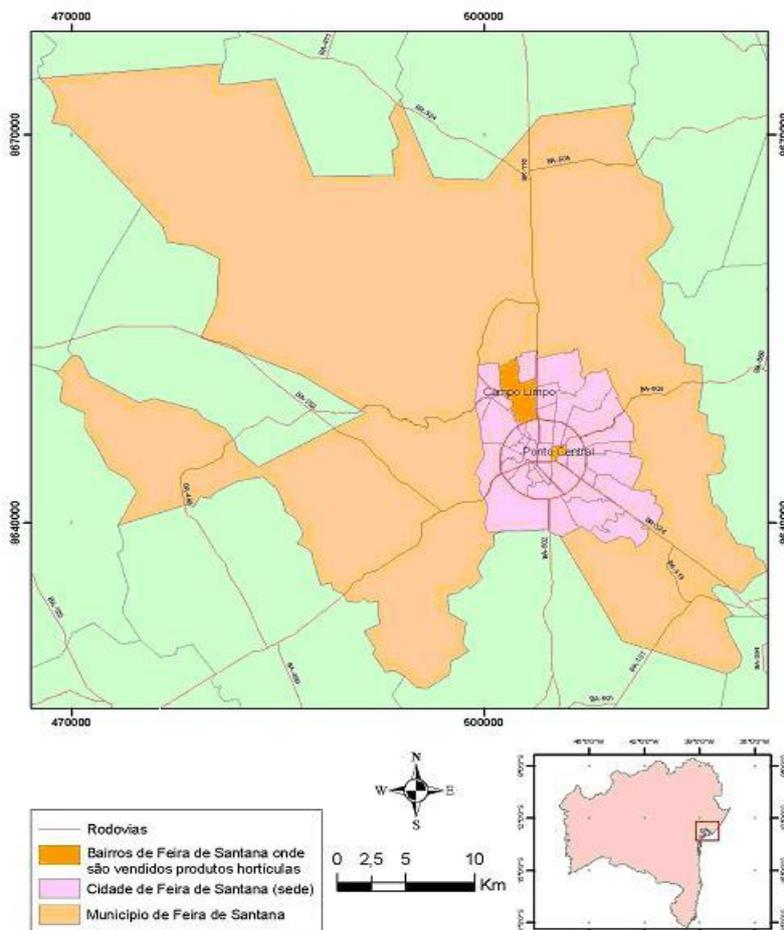
TABELA 1 - Frequência semanal do deslocamento dos pequenos produtores rurais que agem como distribuidores da própria produção agrícola e como intermediários para Salvador – BA.

Quinta	Sexta	Sábado	Segunda	Terça
22%	22%	34%	11%	11%
Total Geral 100%				

Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Outro exemplo para este caso é dado por alguns fixos localizados no município de Feira de Santana (figura 8) cuja espacialidade ocorre em dois bairros em que acontecem as vendas: Campo Limpo (feira-livre do George Américo) e o Ponto Central (feira-livre da Estação Nova). Nesse município foi possível verificar o fluxo do território em direção ao circuito inferior aos domingos (80%) e às sextas-feiras (10%).

FIGURA 8: FIXOS EM FEIRA DE SANTANA - ENTREGAS DE PRODUTOS OLERÍCULAS



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Considerações Finais

O verificado nessa questão das redes no povoado do Tanque de Senzala é que este território incrustado no espaço rural do Recôncavo, embora aparentemente marginalizado, é parte integrante do sistema global de produção e distribuição de mercadorias, visto que este consegue abarcar o circuito superior da economia quando os produtos chegam às redes de

supermercados e nos centros de distribuição atacadista da Região Metropolitana do Salvador.

Outro ponto de fácil acordo conclusivo é que a citada rede, quando abrangendo os aspectos da produção e do escoamento dos pequenos produtores rurais que também se revestem das ações de intermediários (atravessadores), não tem traçado simples; a complexidade se apresenta quando se desvenda que esta é um tipo de rede afluyente, que se confunde com a principal por causa da sua linearidade, sendo esta principal aquela cujos agentes intermediários são os responsáveis pelo seu traçado.

Um terceiro aspecto reside na importância da rede geográfica concreta, diretamente envolvida com a comercialização, tendo como natureza o fluxo de pessoas e mercadorias, cuja dimensão temporal é representada pela frequência periódica, porém de velocidade lenta por causa de sua base rodoviária. A dimensão espacial se reveste da importância regional no modelo dentrítico.

Nessa senda, as redes geográficas são consideradas contribuintes para a fluidez dos produtos originados no território da olericultura e por representar a base concreta para a geração de emprego e renda para a classe dos produtores rurais em questão, a fim de que estes concebam os meios para a reprodução social da vida.

Notas do texto

¹ Com base na tabela de Distribuição Anual de *Royalties* da Região Nordeste, elaborada em 2007 pelo gabinete do Senador Federal João Vicente Claudino.

² Salienta-se que existe atualmente uma lei em tramitação no Poder Legislativo – Senado Federal (PLS 166/07) e Câmara dos Deputados Federais (PL 341/07), que altera a Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, e que defende o rateio equânime dos *royalties* advindos da exploração de petróleo entre os estados e municípios com o objetivo de “diminuir as desigualdades regionais” (Senado Federal. *Royalties* do Petróleo: Região Nordeste. 2007, p.08), o que acarretará numa desconcentração de valores em 178 dos atuais 800 municípios brasileiros que recebem esta verba, dentre eles Santo Amaro, que segundo a Lei em tramitação, passará a perceber de acordo com critérios usados para distribuição do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, o valor de R\$: 1.599.277, o que compreende uma perda de R\$:477.522.

³ Define-se a área como território ao levar em consideração [...] uma fração desse espaço [espaço geográfico], na qual determinados agentes sociais se relacionam com o intuito de reproduzi-lo segundo seus próprios interesses (condição que manifesta o uso do território), mediante consensos estabelecidos tácita e/ou formalmente (BRITO, 2002, p.12,).

⁴ É necessário lembrar que esta categoria de agente de dinamização do território não é homogênea, portanto não engloba todos os produtores.

⁵ Refere-se ao escoamento da produção.

Referências

BRITO, C. C. T. Revisitando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, n. 6, p. 12-20, jul., 2002.

CORRÊA, R. L. **Interações Espaciais**. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C. (orgs.) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil 1997.

DIAS, L. C; SILVEIRA, R. L. (orgs.). **Redes, sociedade e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995 (p 141–162).

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2. ed.1994a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3ª. ed. 2000.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

TEXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Dossiê Reflexões sobre o Rural. **Rev. Geografia**. UNESP. São Paulo, v.14, 1997.